



E mais:

- Saúde como seguridade social é desafio do SUS - **p.4**
- Regular a publicidade para proteger as crianças - **p.12**

Início de conversa

EDITORIAL

Os últimos meses foram marcados por retrocessos e avanços na garantia de direitos das cidadãs e dos cidadãos brasileiros. A decisão da presidenta Dilma Rousseff de retirar os materiais do Projeto Escola sem Homofobia, a forma como foi tomada tal decisão e o rebaixamento da discussão implementada pelos meios de comunicação nos causaram profunda preocupação. Mais do que nunca, precisamos refletir sobre o poder e o papel da mídia e suas consequências. É devido a preocupações como essa que o CFP vem reafirmando a importância de que as políticas públicas, particularmente de Direitos Humanos, de Saúde e de Assistência Social não sejam somente uma carta de intenções. Como podemos verificar nas matérias deste número, muito caminha, mas muito ainda precisa ser feito para que Brasil consiga garantir vida digna para toda sua população.

Por outro lado, a aprovação da união civil de pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal merece ser comemorada. A Psicologia e o Sistema Conselhos de Psicologia têm uma história de luta contra o preconceito e a discriminação da Comunidade LGBT. É exemplo de tal compromisso a Resolução do CFP nº 14/2011, em vigor desde o mês de junho, que aprovou o uso do nome social na carteira profissional, bem como em documentos como relatórios e laudos, por profissionais transexuais ou travestis.

Outro assunto da edição 101 do jornal do CFP é a discussão pautada pelo Ano Temático da Avaliação Psicológica no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia. Partimos da definição de avaliação como um fenômeno complexo de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade. Reforça-se a ideia de que a intervenção, é, portanto, inseparável do respeito aos direitos humanos e aos princípios éticos e técnicos da profissão.

Prosseguimos no caminho da construção de uma Psicologia efetivamente afinada com as grandes demandas da sociedade brasileira. Tal preocupação está presente também na ampla e democrática discussão com os psicólogos e a sociedade, que teve como produto a nova resolução sobre o trabalho do Psicólogo no Sistema Prisional. Na discussão que foi aberta pela resolução – e continua em curso – esperamos que não se perca de vista a necessidade de pensar a atuação do psicólogo no sistema prisional de forma global, permitindo uma ação qualificada e ética, que discuta a opção do encarceramento como solução para os problemas e avance na possibilidade da construção de outro modelo possível para enfrentar a violência de dentro e de fora das prisões.

EXPEDIENTE

XV PLENÁRIO

DIRETORIA

Humberto Cota Verona
Presidente

Clara Goldman Ribemboim
Vice-presidente

Deise Maria do Nascimento
Secretária

Monalisa Nascimento dos Santos Barros
Tesoureira

CONSELHEIROS EFETIVOS

Flávia Cristina Silveira Lemos
Aluizio Lopes de Brito
Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro
Marilene Proença Rebello de Souza
Ana Luiza de Souza Castro

CONSELHEIROS SUPLENTE

Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Adriana Eiko Matsumoto
Maria Erminia Ciliberti
Sandra Maria Francisco de Amorim
Tânia Suely Azevedo Brasileiro
Marilda Castelar

Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo
Roseli Goffman
Celso Francisco Tondin

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Angela Maria Pires Caniato
Ana Paula Porto Noronha

EDIÇÃO

Ana Luiza de Souza Castro

COORDENADORA GERAL

Yvone Magalhães Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Priscila D. Carvalho

REPORTAGEM

Priscila D. Carvalho
Leonardo Ferreira
Lidyane Ponciano (MG)
Livia Domeneghetti Davanzo
Lorena Rodrigues Santana

PROJETO GRÁFICO

Liberdade de Expressão

DIAGRAMAÇÃO

Alessandro Santanna

Ano temático

Ano da Avaliação Psicológica é lançado durante o VII Conpsi



A avaliação psicológica é prática privativa dos psicólogos e pode ser utilizada nos mais diversos contextos de atuação da Psicologia, a partir de variadas demandas. Para mapear as necessidades para qualificação da área e discutir a adequação das ferramentas aos parâmetros éticos da profissão e aos contextos de uso, a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), instância deliberativa do Sistema Conselhos de Psicologia, definiu 2011 como o Ano da Avaliação Psicológica.

Para nortear as discussões do Ano da Avaliação Psicológica, o Sistema Conselhos de Psicologia definiu três eixos para debate:

1- Qualificação

- Critérios de reconhecimento e validação a partir dos direitos humanos;
- Avaliação psicológica como processo;
- Manuais especificando seus contextos de aplicação e âmbitos de ação.

2 - Relações institucionais (contextos em que a avaliação se insere)

3 - Relação com o contexto da formação.

A escolha do tema para este ano de 2011 foi feita com o intuito de promover reflexão, com toda a categoria, sobre a avaliação psicológica como um processo complexo, no qual os direitos humanos devem ser garantidos, bem como

os princípios éticos e técnicos da profissão, sendo o objetivo final das atividades a qualificação dessa prática no Brasil.

Uma das propostas do ano é fazer discussões em todas as regiões do país e, no final do processo, realizar evento nacional reunindo todas as contribuições acumuladas. Os eventos regionais acontecem de agosto a novembro de 2011 e o nacional, em março de 2012. Ao final do ano, será produzido relatório com as conclusões dos debates.

Além disso, para incentivar a categoria a escrever sobre o tema, produzindo dessa forma material sobre o assunto, será realizado o prêmio monográfico Avaliação Psicológica na Perspectiva dos Direitos Humanos.

Lançamento

Durante o VII Congresso Norte e Nordeste de Psicologia (Conpsi), em Salvador, foi lançado oficialmente o ano da Avaliação Psicológica no Sistema Conselhos de Psicologia, com a mesa “Novas perspectivas para a avaliação psicológica brasileira”, que contou com a presença do presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Verona, da presidenta da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (Asbro), Deise Amparo, do coordenador científico da BVS-Psi Peru, José Livia Segovia, e do representante do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (Ibap), Cláudio Hutz.

No lançamento do ano, os convidados trouxeram os avanços da área, como o desenvolvimento de técnicas de avaliação nos mais va-

riados contextos e a colaboração com as mais diversas áreas, mas também os desafios a serem superados. Dentre eles, a necessidade de atentar para a formação, ainda deficitária na área, foi consenso nas falas dos convidados.

Saiba mais

O Conselho Federal de Psicologia disponibiliza, por meio do Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (Satepsi), um conjunto de documentos sobre a avaliação dos testes psicológicos realizada pela autarquia, que tem a competência de disciplinar e fiscalizar o exercício profissional, coibindo o uso, pelos psicólogos, de instrumentos psicológicos que não tenham qualidade técnico-científica.

Na página do Satepsi é possível consultar a lista de testes aprovados para uso, resoluções, grupo de pareceristas, comissão consultiva em avaliação psicológica, novidades e respostas às mais frequentes perguntas dirigidas ao CFP sobre o tema.

O Satepsi passa por reformulação com o objetivo de atender melhor às demandas dos psicólogos e das psicólogas. Em breve, o processo de avaliação dos testes será todo via internet, e os profissionais poderão acompanhar pela página o trâmite de avaliação.

Acesse: <http://www2.pol.org.br/satepsi/>

Acompanhe as atividades do ano em
<http://anotematico.cfp.org.br>

Conferência



Saúde como seguridade social é desafio do SUS

Melhorar o acolhimento dos usuários e renovar estratégias de participação e controle público também estão na pauta da 14ª Conferência de Saúde

Um cidadão idoso que recebe o Benefício de Prestação Continuada e gasta a maior parte do salário mínimo para comer melhor e para comprar remédios sente, em sua vida, a falta de integração entre políticas públicas de assistência e seguridade social. A informação sobre o uso do benefício, proveniente de estudo da Universidade Federal do Espírito Santo, ajuda a entender por que as políticas públicas de saúde, previdência e assistência, que juntas formam a seguridade social, precisariam estar articuladas, conforme aponta Sonia Fleury, da Faculdade Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. “As pessoas usam o benefício para comprar remédios que deveriam ser dados a elas se as ações fossem integradas. Se é para fortalecer as políticas públicas, elas devem ser integradas”, avalia.

O assunto é pauta da 14ª Conferência Nacional de Saúde, cujo tema central é Sistema Único de Saúde (SUS) na Seguridade Social – Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro. As etapas municipais ocorrem até julho e o evento nacional está marcado para dezembro de 2011.

Por que chamar atenção para este tema? Segundo Fleury, o direito humano à seguridade social entrou na Constituição Federal (CF) de 1988 sem estar enraizado nos movimentos sociais, que atuaram separadamente por saúde, previdência e assistência social. “Apenas há dois anos construiu-se movimento em defesa da segurida-

de, pelo fato de o governo ter ameaçado acabar com contribuições sociais, via reforma tributária, o que faria que a seguridade social como um todo ficasse descoberta”, aponta Fleury. A reação foi a proposta de destinar recursos que a Constituição de 88 “carimbou” para atender à Previdência Social, ao SUS, à Assistência Social, ao Seguro Desemprego, entre outros, para objetivos financeiros, como o de zerar o pagamento dos juros da dívida interna (detalhes em www.direitosociais.org.br). Os movimentos questionaram também a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que já permite o uso de 20% dos recursos das áreas sociais para pagar gastos do superávit primário da União.

Para Alcides Miranda, diretor do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, a presença da seguridade social na pauta da Conferência é reconhecimento de lacuna importante para a garantia do princípio da integralidade do SUS. “Essa lacuna tem alto custo, porque leva a um confinamento das políticas de saúde e ao afastamento da ideia de que, pra produzir saúde, é necessário ter políticas de promoção e proteção intersetoriais”, avalia.

A questão da integralidade está presente também no debate sobre a prevalência do modelo biomédico na política de saúde brasileira. Para Miranda, este modelo, que atua a partir do evento doença, do sofrimento, para assistir ou reabilitar, é importante, mas a política de saúde

não pode se restringir a ele e deve estar articulada com políticas de vigilância sanitária, ambiental, epidemiológicas, de saúde do trabalhador, entre outras. “Trata-se de um conjunto de políticas que tem a prerrogativa de identificar condições de risco, de equidade, e de garantir proteção para as populações e os indivíduos. Deve atuar muito antes da doença e sob perspectiva mais completa dos sujeitos”, avalia, lembrando que desigualdades sociais estão presentes no país e que existem indivíduos mais vulneráveis.

“Não desconsideramos a importância do investimento na área biomédica, mas questionamos sua hegemonia. Saúde não é mais o oposto de doença. A própria definição da OMS remete a outros âmbitos de saúde: bem-estar físico, psicológico, social”, aponta Benedito Medrado, presidente da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso). Ele ressalta a necessidade de envolvimento da população na definição de estratégias de saúde adequadas à sua realidade.

Para Medrado, as Conferências de Saúde são importantes para construir ideias sólidas sobre esses desafios. “Precisamos negociar conflitos, tensões, para chegar a denominadores comuns, nesse sentido, a conferência é extremamente importante. Ela potencializa o debate e cria alternativas. A modificação das estruturas é posterior”, afirma, referindo-se ao trabalho para tornar as propostas das conferências em políticas públicas de fato.

A conferência, então, tem papel de mobilizar e propor conteúdos que sejam tensionados para entrar na agenda dos governos e da sociedade. Para Medrado, a participação dos trabalhadores nas instâncias de controle social também precisa ser repensada, uma vez que categorias – entre elas a de psicólogas e psicólogos – ganham importância na atenção à saúde. “O papel de cada profissão muda em função dos arranjos novos do processo saúde, e isso precisa ser discutido em razão do interesse público, colocando necessidade da carreira pública, equivalências”, avalia.

Participação e controle social: renovação

O texto orientador do evento aponta para a necessidade de aperfeiçoar instrumentos e mecanismos de participação e de controle social das políticas públicas. Combinar democracia participativa, mecanismos de representação da sociedade perante o governo e o uso de novas tecnologias de comunicação de massa e de redes sociais é desafio ressaltado por Alcides Miranda, do Cebes. “Não diria reinventar, mas precisamos ser criativos, aumentar a participação, encontrar formas de representação que possam ser transparentes, colocadas na esfera pública, e possa discutir isso em razão da coisa pública, da res publica”, afirma.

Sonia Fleury agrega, à ideia de qualificação da participação, a necessidade de acompanhamento de gastos e da qualidade dos serviços. “Há casos de conselhos estaduais aprovando orçamentos de saúde de estados que não cumprem as leis. Isso mostra incapacidade de exercer controle”, lamenta. Entre as soluções, estariam a articulação dos mecanismos de controle dos tribunais de conta e, sobretudo, o estabelecimento de parâmetros mínimos de funcionamento e qualidade dos serviços (ver Box). Havendo parâmetros, os conselhos têm mais referência para cobrar.

Gestão: formação de profissionais é central

O terceiro eixo da conferência refere-se à gestão do SUS e inclui temas como financiamento, relação entre público e privado, gestão do trabalho e educação em saúde. A psicóloga Lumena Furtado, secretária adjunta de saúde de São Bernardo do Campo, SP, destaca a gestão do trabalho como grande desafio para a consolidação do SUS. Fixação dos profissionais em regiões de difícil acesso, no interior do país ou nas periferias, são questões a ser enfrentadas na conferência. Processos de formação, residências multiprofissionais, especializações e discussão com as universidades sobre os conteúdos para uma formação que de fato responda às necessidades do SUS são outra pauta candente, ao lado de uma agenda de formação permanente aos profissionais. “Isso nos coloca o desafio específico para as instituições formadoras da Psicologia: nossa formação atende às demandas do SUS?”, questiona Furtado. “Quando tentamos garantir integralidade, princípio básico do SUS, nos colocamos o desafio de discutir não só propostas de assistência, mas proteção, promoção da saúde, conjunto de atividades intersetoriais que possam ajudar a tornar o espaço de vida das pessoas mais saudáveis”, aponta ela.

Melhorar o acesso, mudar a imagem que a população tem do SUS

O eixo dos debates da 14ª Conferência de Saúde é direto: acesso e acolhimento com qualidade são desafios para o SUS. Para a pesquisadora Sonia Fleury, é fundamental superar a ideia de que é natural que o serviço público seja ruim e a decorrente aceitação de condições precárias de atendimento. “A banalização da precariedade traz, consigo, a banalização da injustiça social, porque a precariedade leva a sofrimento, a horas de espera na madrugada”, avalia. É necessário, então, que o cidadão tenha segurança de que será atendido quando precisar e que o poder público se sinta responsabilizado pelo atendimento. “Os rituais de peregrinação talvez sejam a coisa sobre a qual precisamos lutar mais fortemente. Direito, na prática, corresponde a uma noção de responsabilidade e segurança. Sem isso não há humanismo”, propõe. Todas as pessoas deveriam estar vinculadas a uma unidade – não importa o nome – que seja responsável pela saúde do cidadão e, se não puderem atendê-lo, que o encaminhem para outro espaço. A segurança sobre o atendimento é, portanto, central”, pondera. Outro desafio é minimizar sofrimento e humilhação, qualificando profissionais de acolhimento e organizando processos. “Não tem sentido ficar tentando pegar senha quando tem toda uma capacidade hoje, de informática, que pode evitar isso”, avalia Fleury.

SUS é para todos

A ideia de que o SUS é responsável apenas pela assistência à saúde prejudica o entendimento do Sistema como algo público e necessário para todos os cidadãos. O documento de orientação da conferência lembra que todos usam o SUS, por meio da vigilância sanitária e epidemiológica, vacinações, entre outros.

A população brasileira precisa saber disso para assumir o SUS como uma conquista e resistir à segmentação de mercado de saúde, colocada como alternativa pelos agentes privados, que buscam ficar com os atendimentos lucrativos e deixar serviços custosos a cargo do Estado. “Precisamos demonstrar para a população brasileira que essa política pública é dela. Por mais que tenha problemas de financiamento, ela tem mostrado viabilidade”, defende Sonia Fleury.

Antimanicomial

Dia Nacional de Luta Antimanicomial reúne milhares de manifestantes

Em todo o país, o Dia Nacional de Luta Antimanicomial é comemorado no dia 18 de maio. Nos anos 1970, a manifestação ganhou força quando a sociedade começou a questionar o tratamento dado aos usuários da saúde mental. Hoje, 24 anos depois da primeira ação, os colaboradores do movimento buscam conscientizar a população para que os usuários da saúde mental sejam cada vez mais respeitados e acolhidos, com direito ao convívio social e à possibilidade de exercer sua cidadania.

Agora, o momento é de avançar na reforma psiquiátrica a partir das deliberações do Relatório da IV Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada em 2010, que reforçou a necessidade de substituição do modelo de internação em hospitais psiquiátricos por dispositivos de tratamento abertos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), os Centros de Convivência e os Serviços Residenciais Terapêuticos.

Em Belo Horizonte, Minas Gerais, a comemoração dos 50 anos da publicação do livro *A história da loucura na Idade Clássica*, de autoria do filósofo francês Paul-Michel Foucault (1926-1984), foi tema do desfile do Dia Nacional de Luta Antimanicomial. A manifestação, promovida pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental, reuniu na Praça Sete cerca de 3.000 pessoas, que seguiram em passeata pelas principais ruas e avenidas da capital mineira.

Neste ano, caravanas de vários municípios mineiros prestigiaram a festa ao som do samba-enredo "Sou o Rei da Loucura", de Juliano da Silva, usuário do Centro de Referência em Saúde Mental (Cersam Leste) e do Centro de Convivência Arthur Bispo do Rosário. O samba foi escolhido por meio de concurso.



Fotos: Ascom/ESP-MG

Para o presidente da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (Asussam), Paulo Reis Braga, a manifestação em Belo Horizonte sensibiliza cada vez mais a população. "A cada ano temos mais ganhos e entramos no clima para mostrar para a sociedade o real motivo do 18 de maio, onde lutamos também para que a saúde mental seja pauta de discussão no Estado", avaliou.

"Foi um verdadeiro sucesso! A passeata contou com a participação de manifestantes de 18 municípios da região", ressaltou a conselheira do CRP-04 e militante do Fórum Mineiro de Saúde Mental, Marta Elizabeth. "Aproveitamos a data, também, para divulgar o primeiro concurso de fotografia do Dia Nacional de Luta Antimanicomial", completou. As fotos inscritas estarão na página do CRP-04, de 22 a 29 de julho, para votação do público (www.crpmg.org.br).

Em Salvador, Bahia, a quarta edição da "Parada do Orgulho Louco" reuniu cerca de 2 mil manifestantes no dia 21 de maio, na Avenida Presidente Vargas. A caminhada guiada por um trio elétrico atraiu o público com os shows e seguiu até o Farol da Barra. De acordo com o presidente da Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Serviço de Saúde Mental (Amea), Josuéilton Santos, o movimento trouxe as pessoas que se cuidaram e superaram as dificuldades, exibindo o jeito diferente de ser. "Foi uma manifestação dos usuários, familiares e trabalhadores

do sistema de saúde mental do Estado da Bahia que, juntos, estavam ali pelo mesmo propósito. Esta edição foi um impacto para a sociedade", avaliou. A atividade foi organizada pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP-03), pelo Núcleo Estadual pela Superação dos Manicômios (NESM), pela Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Serviço de Saúde Mental (Amea) e estudantes do Grupo de Trabalho Eduardo Araújo (GTEA).

Também nos estados de São Paulo, Goiás, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte, usuários, familiares e colaboradores prepararam desfiles, passeatas, atividades educativas, reflexões, apresentações artísticas, e debateram o tema a favor de tratamentos mais humanizados e da reformulação do modelo de assistência aos usuários da saúde mental.

A Luta Antimanicomial na web

No dia 17 de maio, o CFP preparou um bate-papo pelo Twitter (http://www.twitter.com/cfp_psicologia), em tempo real, com o presidente do CFP, Humberto Verona, com a conselheira do CRP/04 e militante do Fórum Mineiro de Saúde Mental, Marta Elizabeth, e com o presidente da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (Asussam), Paulo Reis Braga. Durante a atividade, os internautas aproveitaram para tirar as dúvidas sobre a Luta Antimanicomial, via webcam. A ação foi sediada pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-04).

Denúncias provocam inspeção em hospitais psiquiátricos de Sorocaba, SP

A cidade de Sorocaba, no interior de São Paulo, está discutindo o tratamento em saúde mental após denúncias do Fórum de Luta Antimanicomial de Sorocaba (Flamas), recebidas pelo Ministério da Saúde (MS) e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Os dados – que apontam 459 mortes nos seis hospitais psiquiátricos da cidade, de 2006 a 2009, e número igualmente alto de internações, nos 2.792 leitos em hospitais da região – levaram a uma inspeção dos órgãos federais, em 27 de abril.

Nas vistorias ao Hospital Psiquiátrico Vera Cruz, com pacientes masculinos, e no Hospital Mental Medicina Especializada, com internas femininas, foram avaliadas as condições físicas e de higiene das instalações, o tratamento dado aos pacientes, o número de profissionais da saúde, além de verificada a existência de projeto terapêutico, ou seja, das estratégias de cuidado. De acordo com o coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, Pedro Paulo Bicalho, que participou da visita ao Hospital Mental Medicina Especializada, não existe ali um projeto terapêutico em nenhuma das áreas. “Percebemos um amontoado de gente guardada em uma instituição”, revelou.

Nessa instituição estão internados 330 pacientes. No momento em que a comissão chegou ao local, havia uma médica, duas profissionais de enfermagem, uma estagiária de enfermagem e nenhum profissional da Psicologia. “Menos de cinco profissionais da saúde para aquela quantidade de pacientes. Andamos pelas alas, vimos pessoas amarradas em cadeiras, descalças, gritando. Cenas que não são diferentes das que veríamos em outro manicômio”, alertou Bicalho.

De acordo com o coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Roberto Tykadori, a ação da fiscalização fez parte da agenda de trabalho do Ministério da Saúde. “É uma es-



Fotos: Waltair Martão/CRP SP

Sorocaba sediou, no dia 24 de maio, ato em defesa dos direitos humanos, pela efetivação da Lei da Reforma Psiquiátrica e de denúncias de mortes e maus-tratos nos hospitais psiquiátricos da região. O ato, promovido pelo Fórum de Luta Antimanicomial de Sorocaba (Flamas) e pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP/06), foi seguido por Audiência Pública na Câmara Municipal de Sorocaba

O
Hospital
Vera Cruz lidera
a lista de mortes em
Sorocaba: registrou
102 de 2006 a
2009.

tratégia de trabalho de políticas públicas que deve ser feito a curto, médio e longo prazo. Tivemos a oportunidade de fiscalizar as condições dos hospitais, algo que não vinha sendo feito há algum tempo”, afirmou.

Após as vistorias, membros das comissões foram recebidos pelo prefeito da cidade, Vitor Lippi (PSDB). Questionado sobre o alto índice de mortes nos hospitais psiquiátricos do município, Lippi argumentou que a quantidade de mortes não era diferente de outras instituições psiquiátricas. Na reunião, Pedro Paulo Bicalho defendeu não se tratar somente da produção de mortes, mas do gerenciamento da vida, ou seja, das condições em que as pessoas vivem nos manicômios.

Foram definidos pelo menos seis encontros das autoridades e representantes das entidades

envolvidas, para construir pactuações para a reorientação da política de atenção à Saúde Mental em Sorocaba. Na pauta, internações por mandado judicial, número de moradores das instituições e de adolescentes internados, bem como casos de internação involuntária determinados pela Justiça e casos de interdição. O Ministério da Saúde vai ainda apresentar relatório oficial sobre as visitas.

De acordo com o psicólogo Lúcio Costa, membro do Fórum de Luta Antimanicomial de Sorocaba, a ideia é mobilizar a população em busca de uma sociedade sem manicômios. “A situação que vivemos hoje é peculiar para o resto do País. Se não adotarmos políticas públicas com uma rede substitutiva, Sorocaba poderá ser exposta na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA)”, revelou.

Políticas Públicas



Estatuto da Criança e do Adolescente: o desafio de trabalhar na prevenção

No dia 13 de julho de 2011, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 21 anos. Nesse caminho trilhado pelo ECA, é possível apontar avanços nos direitos de crianças e adolescentes no Brasil, ao menos no que se refere às leis. Entretanto, para que o Estatuto tenha efetividade, é preciso políticas públicas consistentes e ações concretas e integradas.

Para a psicóloga, coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de Ceilândia Norte, no Distrito Federal, Acileide Cristiane

Coelho, costuma-se pensar no ECA a partir da violação de direitos e não da proteção, da garantia de direitos. “Seria mais interessante, em vez de falar de violação de direitos, falar da prevenção, se garantimos a proteção dentro da família, menos chances de ocorrer a violação”, ressalta.

Para tanto, Coelho aponta que é preciso trabalhar o fortalecimento dos vínculos familiares e o empoderamento da família, para que ela se sinta sujeito de direitos. E essa promoção dos direitos, segundo ela, é feita por meio dos pro-

“Seria mais interessante, em vez de falar de violação de direitos, falar da prevenção, se garantimos a proteção dentro da família, menos chances de ocorrer a violação”

gramas, dos projetos e dos benefícios. Esses últimos garantem os direitos mínimos de famílias que não têm, muitas vezes, o que comer. “Para a criança se desenvolver ela precisa ter os direitos mínimos garantidos. Não adianta pensar em garantia de direitos se ela não tem alimento em casa”, disse.

O Cras trabalha com base em quatro pilares: protagonismo juvenil, papel protetivo da família, fortalecimento de vínculos familiares e garantia dos direitos. No Cras Ceilândia Norte, região administrativa do Distrito Federal com aproximadamente 600 mil habitantes são realizados cerca de cinco mil atendimentos por mês. Na visão da coordenadora seriam necessários mais profissionais – hoje o Cras conta com uma psicóloga e duas assistentes sociais –, capacitação a eles dirigida, bem como a criação de mais centros para atender à crescente demanda. “Muitas vezes o psicólogo pergunta: qual o meu papel na Assistência Social?”, conta.

Integração

O trabalho em rede, conforme o próprio ECA estabelece, deve ser realizado pela família, pela comunidade, pela sociedade em geral e pelo poder público. Além disso, o Estatuto prevê que a política de atendimento à criança e ao adolescente será feita por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O Estatuto também indica que devem ser diretrizes dessa política a municipalização do atendimento, a criação de conselhos dos direitos da criança e do adolescente nos três níveis de governo, de órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, criação e manutenção de programas específicos e a integração operacional de órgãos do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Segurança Pública e da Assistência Social para agilizar o atendimento inicial ao adolescente que tenha cometido ato infracional.

Para a psicóloga, conselheira do CRP-04, Cristiane Barreto, que por oito anos coordenou o Pro-

Psicólogas e psicólogos têm papel fundamental no ECA para promover o protagonismo juvenil, ou seja, ajudar os jovens a se perceber como sujeitos de direitos.

grama Liberdade Assistida da prefeitura de Belo Horizonte, a implantação, em 1998, do programa, inaugurou um novo cenário para a cidade. “Uma nova forma de dar tratamento aos adolescentes em conflito com a lei desenhou seu contorno. A municipalização, condição inerente das medidas em meio aberto, longe de ser apenas uma tarefa técnica, depende de articulações de natureza política, entre as várias esferas de poder e interfaces com as demais políticas públicas – de saúde, educação, por exemplo”, disse. O programa acompanha adolescentes encaminhados pelo Juizado da Infância e da Juventude e manteve três princípios de funcionamento: a descentralização, a participação da sociedade civil e o acompanhamento individual do adolescente.

Um exemplo do trabalho intersetorial foi exposto na fala da conselheira do CRP-01, seção Amazonas, Consuelena Leitão, psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Manaus (Creas). “No Creas, temos tentado desenvolver a capacidade protetiva das crianças e da família, que muitas vezes chegam fragilizadas para receber o atendimento. Acolhemos, fazemos atendimento psicossocial e trabalhamos em conjunto com outros profissionais, assistentes sociais, advogados, entre outros”, explica.

Acileide Coelho explica que a rede socioassistencial é formada por Cras, Creas, Unidades de Alta Complexidade (parte estatal), ONGs e instituições da sociedade civil (complemento da ação estatal), que se articulam com outras áreas, como saúde e educação, para realizar um trabalho intersetorial. “Para o ECA ser efetivado, tem de ter participação de todas essas políticas, da família, da rede socioassistencial”, enfatiza. Em Ceilândia Norte, onde coordena o Cras, ela conta

que são realizadas reuniões mensais para debater o papel de cada um no atendimento aos usuários. “Falar de desafio do ECA é falar de desafio para todas as políticas públicas”, finaliza.

Para a Psicologia, os desafios que permanecem na visão de Coelho é que a psicóloga e o psicólogo têm papel fundamental no ECA para promover o protagonismo juvenil, ou seja, ajudar os jovens a se perceber como sujeitos de direitos. Para melhorar o trabalho, é preciso avançar na formação da categoria, dialogar com outras áreas do conhecimento, pensar o papel da Psicologia dentro da Assistência Social, pensar o sujeito dentro de uma sociedade, dentro de um contexto, e mais profissionais dentro dos equipamentos de atenção às crianças e adolescentes.

O que diz o ECA

Art. 86 - A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 87 - São linhas de ação da política de atendimento:

- I** - políticas sociais básicas;
- II** - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;
- III** - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV** - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;
- V** - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Diversidade sexual

Psicólogos poderão usar nome social em carteira de identidade profissional

Profissionais da Psicologia transexuais ou travestis poderão usar o nome social na carteira de identidade profissional, bem como em documentos como relatórios e laudos, após decisão do Conselho Federal de Psicologia. A partir da publicação da Resolução CFP nº 14/11 no Diário Oficial da União, em 24 de junho, os interessados deverão solicitar por escrito, a seus Conselhos Regionais, a inclusão do nome social. Ele será adicionado no campo de observações do registro profissional.

Com a resolução, fica permitida, nos documentos resultantes do trabalho da(o) psicóloga(o) ou nos instrumentos de sua divulgação, a assinatura do nome social, juntamente com o nome e o número de registro do profissional.

A decisão representa reconhecimento da igualdade de direitos desses profissionais e respeito pela maneira como são identificados, reconhecidos e denominados por sua comunidade

e em suas relações sociais. Psicólogos já haviam solicitado a troca de nome aos Conselhos Regionais, mas, como não havia diretrizes sobre o assunto, os requerimentos foram negados. O conselheiro do CFP, Celso Tondin explica: "Não havia regulamentação específica sobre o tema, isso provocou o Sistema Conselhos a fazer essa discussão, o que também atende a uma reivindicação histórica dos movimentos sociais".

CFP manifesta-se contra a suspensão do kit do projeto Escola sem Homofobia

O Conselho Federal de Psicologia vem questionando a suspensão da distribuição, pelo governo Federal, do kit do projeto Escola sem Homofobia.

Em nota, o CFP questionou o que substituirá o kit como estratégia de enfrentamento à homofobia nos contextos escolares e educacionais. "Como evitar a inércia diante de um quadro de preconceito que está presente em todo o país? Quais estratégias de enfrentamento do preconceito e da homofobia serão implementadas em contextos escolares e educacionais? Quais aspectos do kit serão modificados, e com que embasamento? Por fim, qual será a participação da sociedade na formulação desse novo material?", perguntou o CFP, lembrando que o material havia sido construído coletivamente com movimentos sociais e expressa demandas sociais inadiáveis. O CFP defende o kit como ferramenta para a discussão do preconceito contra homossexuais que pode ajudar a diminuir a discriminação no ambiente escolar e fora dele.

2ª Marcha Nacional Contra a Homofobia reúne 5 mil em Brasília

No dia 18 de maio, manifestantes de vários estados brasileiros protestaram na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, contra os atos de homofobia que cotidianamente se repetem em todo o país. Promovida pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a 2ª Marcha Nacional Contra a Homofobia reuniu cerca de 5 mil pessoas em busca de promoção aos direitos individuais e coletivos.

A caminhada teve início em frente à Catedral e seguiu até o Congresso Nacional. O coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Pedro Paulo Bicalho, destaca a importância da Psicologia no debate sobre o tema. "Por ser a Psicologia uma ciência e profissão que se ocupa das questões humanas, torna-se fundamental a afirmação de outro regime discursivo, contra os processos de exclusão. Uma Psicologia que se comprometa com as lutas sociais do povo, em busca de uma sociedade menos preconceituosa", afirmou, chamando atenção para a ideia de que "nenhuma forma de violência vale a pena", conforme a Campanha Nacional de Direitos Humanos do CFP.



Formação

Título de Especialista atesta qualificação profissional

Um novo concurso de Provas e Títulos de Especialista em Psicologia Hospitalar será realizado em agosto de 2011, por meio da parceria do Conselho Federal de Psicologia com a Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH). Afinal, o que significa esse título? De que maneira pode interferir na vida profissional dos psicólogos?

O Título Profissional de Especialista em Psicologia, embora não constitua condição obrigatória para exercício profissional, atesta maior dedicação da psicóloga ou do psicólogo à área da especialidade. Por exemplo, o Título de Psicologia Hospitalar, do concurso recém-lançado, é exigido em alguns hospitais para contratação de psicólogos. Naquele ambiente, entre outras atividades, o profissional deve ser capaz de promover intervenções direcionadas ao paciente em relação ao adoecer, à hospitalização e às repercussões emo-

cionais que emergem nesses processos.

“O título é o reconhecimento da atuação do profissional naquela área. É a oportunidade de qualificar ainda mais a formação do profissional”, completa o conselheiro do CFP, Aluizio Brito. Atualmente, 11 especialidades são regulamentadas pelo Conselho. Só pode postular um título a psicóloga ou o psicólogo inscrito há pelo menos dois anos no Conselho Regional de Psicologia e que atenda a um dos requisitos: concluir um curso de especialização credenciado pelo CFP ou obter aprovação em concurso de provas e títulos promovido pelo Conselho Federal de Psicologia, conforme determina a Resolução do CFP nº 13/2007, que regulamenta o processo.

O conteúdo das provas de concurso é definido a partir do diálogo do CFP com as entidades nacionais de cada especialidade. Segundo a vice-presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia

Hospitalar, Paula Costa, o concurso representa uma conquista para as entidades e uma oportunidade de aperfeiçoamento para os profissionais. “É um aprimoramento técnico e científico. O título de especialista tem sido reconhecido no mercado de trabalho e reflete na formação dos profissionais, que são incentivados a estudar. Ele também reflete no campo prático, já que os psicólogos ficam mais capacitados”.

Já os cursos de especialização, para receber credenciamento pelo CFP, precisam ter duração mínima de 500 horas, com 80% do total da carga horária referente a matérias da especialidade, carga horária de prática com um mínimo de 30% da carga horária referente à concentração específica da especialidade e monografia de conclusão do curso voltada para a área da especialidade. A análise é feita pelo CFP em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep).

Título de especialista e especialização acadêmica: qual é a diferença?

Título de especialista e cursos de especialização em pós-graduação lato sensu não devem ser confundidos. O Título Profissional de Especialista é concedido pelo CFP e comprova que o profissional tem a qualificação necessária para atuar profissionalmente na especialidade escolhida.

Já os cursos de especialização em pós-graduação lato sensu, entre os quais se incluem os cursos designados como Master Business Administration (MBA), têm perfil acadêmico e são oferecidos por instituições de ensino superior credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC). A instituição que oferece o curso é responsável por seu conteúdo (projeto pedagógico, corpo docente, metodologia etc.) e deve seguir padrões estabelecidos pelo MEC, como carga horária de no mínimo 360 horas e pelo menos 50% de professores portadores de título de mestre ou de doutor.

Quando uma empresa exige títulos para contratar um funcionário, cabe a ela definir qual o título – acadêmico ou profissional – irá exigir dos candidatos à vaga de emprego.

Título de Especialista - CFP

- Perfil: Profissional
- Condições para receber o título:
 - I - Aprovação em Concurso de Prova e Títulos promovido pelo CFP
 - II - Ter concluído um curso de especialização credenciado pelo CFP, com:
 - I - duração mínima de 500 horas;
 - II - carga horária referente à concentração específica de no mínimo 400 horas;
 - III - Prática: mínimo de 30% das horas referentes à concentração da especialidade;
 - IV - monografia de conclusão do curso voltada para a área da especialidade, com horas para elaboração não incluídas nas 500 horas, entre outros.

Especialização Lato Sensu - MEC

- Perfil: Acadêmico
- Condições para receber o título:
 - I - Ter concluído um curso de especialização oferecido por instituições de ensino superior credenciadas pelo MEC, seguindo as exigências instituídas por aquele órgão (Resolução MEC/CFE/CES nº 1, de 8 de julho de 2007).

Análise de mídia

Regular a publicidade para proteger as crianças

A infância é uma fase peculiar de desenvolvimento na qual a criança precisa de cuidados especiais. De maneira geral, este foi o argumento utilizado por organizações da sociedade civil que atuam pelos direitos da infância e da adolescência durante seminário realizado na Câmara dos Deputados para discutir sobre o Projeto de Lei 5.921/2001.

De autoria do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), o PL tem por finalidade restringir a publicidade para a venda de produtos infantis. O tema é polêmico, uma vez que, no Brasil, qualquer tentativa de regulamentação é confundida com censura. “Precisamos perder o medo de marco regulatório e controle social. Regular não é oprimir”, destacou Roseli Goffman, representando o Conselho Federal de Psicologia (CFP) no seminário. A psicóloga ponderou que não há pretensões, por parte da sociedade civil, de proibir a publicidade de produtos infantis, mas pretende-se que esse tipo de ação seja dirigida a quem efetivamente compra tais produtos, ou seja, os pais.



Embora a publicidade ocupe as diversas mídias, é na televisão que seu potencial preocupa, uma vez que quase 100% dos domicílios contêm, pelo menos, um aparelho de TV, que se torna um espaço informal de educação. De acordo com a representante do CFP, as crianças brasileiras assistem diariamente a cerca de 4h50 de programação nesse veículo de massa, registrando uma das médias mais altas do mundo. Entre as consequências desse hábito estão o consumismo na infância, a obesidade infantil, a erotização precoce, o consumo antecipado de álcool e de tabaco, a violência e a diminuição das brincadeiras criativas.

Gustavo Amora, pesquisador da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), enfatizou que o brincar representa importante etapa para o desenvolvimento das atividades cognitivas da criança e é importante espaço de socialização. As relações e as percepções dessa fase se estendem por toda a vida de meninas e meninos. “O brincar está recebendo interferência do consumismo”, relatou Gustavo.

Uma pesquisa realizada em 2010 pelo Instituto Alana, em parceria com o Datafolha, apontou que as crianças têm grande influência nas decisões de compra da família. Gabriela Vuolo, do Instituto Alana, afirmou que este mesmo estudo aponta que 76% dos pais se declararam favoráveis à regulamentação da publicidade dirigida ao público infantil. Para Gabriela, “os pais estão pedindo ajuda” para evitar o consumismo na infância, uma vez que estudos indicam que a criança, até certa idade, não diferencia programação infantil de publicidade, o que prejudica no seu discernimento de escolha.

O secretário executivo da Andi – Comunicação e Direitos, Veet Vivarta, complementou, enfatizando que o Brasil possui déficits democráticos no que diz respeito à regulamentação de políticas de comunicação, sendo necessário separar jorna-

lismo de entretenimento e publicidade. Nesse sentido, “é necessário fortalecer os instrumentos regulatórios”, disse Vivarta, ao fazer referência à primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em 2009 e que, entre vários assuntos, colocou em evidência a temática da publicidade infantil.

“Todo ordenamento jurídico está preocupado com a criança e o adolescente, com suas potencialidades. Com o Código de Defesa do Consumidor não é diferente. Existe o reconhecimento da fragilidade dessa fase de desenvolvimento da pessoa”, afirmou Celso Soares, do DPDC/MJ ao chamar a atenção para o fato de que todo cliente é vulnerável, em qualquer situação de consumo.

Regulamentação não é forma de censurar as agências de publicidade

Argumentos contrários

Representantes do segmento da publicidade também estiveram presentes no seminário. De maneira geral, eles alegaram que a publicidade não deve ser restringida, cabendo à família a palavra final sobre a compra dos produtos. “As mensagens não podem ser dirigidas às crianças, mas os produtos sim. Cabe aos pais resolverem comprar ou não”, disse Gilberto Leifert, do Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária (Conar).

O representante da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) disse que as experiências de regulação em outros países não se aplicam ao Brasil devido às diferenças sociais e culturais. Na opinião dele, a restrição das propagandas dirigidas às crianças poderá interferir na programação infantil, pois muitos financiadores deste tipo de programa são os próprios anunciantes. (Fonte: Rede Andi Brasil. Texto: Raphael Gomes)

Psicologia e Justiça

Em vigor, nova resolução sobre atuação no sistema prisional

Documentos para subsidiar a decisão judicial na execução das penas e das medidas de segurança podem ser redigidos pelos psicólogos, desde que não sejam produzidos pelo mesmo profissional que acompanha a pessoa em cumprimento de pena ou medida de segurança. É o que define a Resolução CFP nº 12/2011, que regulamenta a atuação dos psicólogos no sistema prisional. Ela está em vigor desde o dia 2 de junho e substitui a Resolução CFP nº 9/2010, suspensa em 2010, alterando o artigo sobre a elaboração de documentos escritos para subsidiar a decisão judicial na execução das penas e das medidas de segurança (artigo 4º).

A resolução explicita a separação entre os psicólogos que fazem acompanhamento das pessoas presas e aqueles que podem realizar perícias no sistema prisional, definindo papéis de cada um deles. O texto reforça ainda que a perícia psicológica deve atender aos parâmetros técnicos, científicos e éticos da profissão e não deve apresentar prognóstico de reincidência nem aferição de periculosidade ou nexo causal dentro do binômio delito-delinquente.

O presidente do CFP, Humberto Verona, destaca a importância de os Conselhos de Psicologia voltarem atenção para a prática profissional no Sistema Prisional. “Essa resolução é fruto da preocupação dos Conselhos com a ação da Psicologia nesse espaço tão problemático, em termos de respeito aos direitos humanos, que é o Sistema Prisional. Nós psicólogos temos contribuições importantes para construir alternativas ao modelo existente e a resolução pretende avançar nesse enorme desafio de toda a sociedade brasileira”, pontua.

Após a suspensão da Resolução 9/2010, foi realizado o fórum nacional “Desafios para a Resolução sobre a atuação do psicólogo no sistema prisional”, que reuniu 207 pessoas em São Paulo, em novembro de 2010. Em 2011, a partir da decisão da Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), novamente o Sistema Conselhos dialogou com a sociedade e a categoria a respeito da resolução. Foram realizadas onze audiências públicas nos estados da BA, MA, MG, MS, PR, SP, RJ, RN, RS, SC e no DF, que reuniram psicólogos, juizes, procuradores estaduais e federais, promotores, defensores públicos, gestores do Poder Executivo estadual, deputados estaduais, diretores de unidades prisionais, profissionais da execução penal, associações de trabalhadores, conselhos profissionais, movimentos sociais e pastorais, sobretudo a pastoral carcerária. A partir da sistematização dos encaminhamentos das audiências públicas e de um aprofundado debate conceitual, técnico e ético sobre o exame criminológico e a atuação da Psicologia no sistema prisional, o Grupo de Trabalho da Apaf, formado pelo CFP e por representações dos Conselhos Regionais, elaborou proposta de alteração de texto para a resolução.

A proposta foi uma produção de consenso entre todos os membros que compunham o GT, formado por representantes do CFP e dos Conselhos Regionais 1 (DF, AC, AP, RR e RO), 2 (PE), 5 (RJ), 6 (SP), 7 (RS), 8 (PR), 10 (PA e AP), 11 (CE, PI e MA) e 14 (MS). “A tarefa desse coletivo foi, portanto, produzir um texto que contemplasse a Psicologia no sistema prisional em todas as suas práticas e implicadas

com a dimensão ético-política que necessariamente atravessa e sustenta tais práticas, desde o acompanhamento e a atenção psicossocial à pessoa presa até a atuação na função de perito, de modo a subsidiar incidentes na execução penal de maneira qualificada e com base nas contribuições da avaliação psicológica”, comenta Adriana Eiko Matsumoto, conselheira do CFP.

O texto da resolução foi aprovado em maio pela Apaf, evento que define linhas de ação dos Conselhos e do qual participam todos os Conselhos Regionais e o Federal.

Conheça nota pública do CFP sobre a Resolução nº 12/2011 em www.pol.org.br.

América Latina

Em face dos desastres, comunidades podem encontrar seus fatores de proteção



O psicólogo cubano Alexis Ruiz, que há 22 anos atua com emergências e desastres, concedeu entrevista ao Jornal do Federal sobre o trabalho dos psicólogos cubanos na área, a troca de conhecimentos acerca do tema na América Latina e as metodologias de trabalho para obter melhores respostas nos pós-desastres. Ruiz esteve entre os profissionais que inseriram a Psicologia como saber necessário para situações de emergências e desastres em Cuba, onde a área se fortaleceu a partir de 1990. Marco inicial dessa área da Psicologia em Cuba foi o programa de Atenção às Vítimas de Chernobyl, que previa atenção aos afetados, aos profissionais da saúde, aos profissionais dos serviços e um programa de comunicação social para a sociedade cubana sobre o tema.

No Brasil, Ruiz colaborou com o programa de acompanhamento psicológico e social a crianças e famílias vítimas do acidente nuclear com Césio-137, em Goiânia, e desde então acompanha a presença da Psicologia brasileira nos debates latino-americanos. Confira a entrevista:

JF: O senhor acha que a Psicologia latino-americana está conseguindo avançar na temática?

AR: Nestes últimos dez anos, a América Latina se reencontrou e há processo de integração não apenas econômica, mas também cultural e científica. A ideia da Rede Latino-Americana de Psicologia de Emergências e Desastres surgiu no Brasil, em 2006. No Peru, em 2002, criou-se uma Federação Latino-Americana, que não chegou a funcionar, mas contribuiu para compartilharmos os fazeres. Tem havido muitos encontros, intercâmbio, comunicação aberta que permite um aprendizado contínuo e respostas efetivas.

JF: A rede tem conseguido dar respostas efetivas?

AR: Sim. Esse grupo trabalhou junto quando houve o resgate dos mineiros e o terremoto no Chile, o furacão Katrina [EUA], o terremoto no Haiti. Quando surgiu a pandemia da gripe H1N1, houve muita troca de informações e ferramentas para comunicação, para assessoria, em resposta aos meios de comunicação, que criaram pânico.

Penso que nos próximos anos estarão validadas algumas metodologias e tecnologias, principalmente na prevenção, na promoção, na capacitação e na preparação dos indivíduos, das comunidades - o mais importante -, dos grupos de risco, com desigualdades, das minorias, e das pessoas que constantemente são afetadas por desastres. Isso vai permitir que alcancemos uma cultura psicológica e social sobre o que fazer quando ocorre um desastre. Há sempre crise, desorganização, caos. Mas eles serão menores se houver preparação, se houver uma cultura para isso, que permita não somente a reconstrução. O processo de readaptação psicossocial supera a reconstrução. Sem acompanhamento para que consiga uma readaptação social, a reconstrução é insuficiente. Ajudamos as pessoas a compreender que precisam preparar-se e atuar para um processo de readaptação. Há um "depois de algo", que nunca será igual a antes, mas as pessoas compreendem que podem continuar.

JF: Em 2001, Cuba criou o Centro Latino-Americano de Medicina de Desastres. Como funciona?

AR: É uma instituição virtual, onde estão todas as instituições de Cuba que se dedicam ao tema das emergências e desastres - estão psicólogos, psiquiatras, sociólogos, assistentes sociais, comunicadores. Capacitamos mais de 9.500 pessoas no país. O importante é que fazemos uma formação de formadores, de facilitadores que multiplicam esse conhecimento. Temos metodologias que permitem, depois de um tempo, avaliar como implementaram a experiência localmente. Dizemos: "há que ajudar fazendo", para que as pessoas cresçam e aprendam a solucionar seus problemas com seus recursos. Nas experiências no mundo, a ajuda vem de fora, depois vai embora e a pessoa fica sozinha, órfã. É necessário respeito à história e à cultura, conhecendo o lugar, para estar preparada para os grandes desastres, mas também para os desastres cotidianos.

JF: Como as pessoas podem entender quais são seus fatores de proteção, de resiliência?

AR: Criou-se uma cultura inadequada, nos meios de comunicação e entre os que trabalham nos desastres, de que as pessoas, nos desastres, estão em desgraça e sem recursos. Toda a responsabilidade é do outro. São observadas com estigma. Quando se fala de resiliência, toda a experiência, vivência, conhecimento, emoção, habilidade, que são a riqueza de sua cultura, lhes permite compreender, assumir e responder a uma situação. Esse é o fator protetor. Nós, com ferramentas, métodos e tecnologias psicológicas, conseguimos que a pessoa, a família, o grupo, a instituição, o município, o país compreendam quais são seus fatores de proteção. Vejam o que era mais importante antes e o que se torna mais importante. Como fazer com que os fatores protetores, a resiliência, os ajudem no momento em que necessitam.

ABEP

Cursos de Psicologia têm novas diretrizes curriculares

As Novas Diretrizes Curriculares da Psicologia foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) no dia 15 de março de 2011. A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) convidou gestores de seus núcleos e coordenadores de cursos de Psicologia a discutir as diretrizes. A reunião foi realizada no mês de maio, em Salvador, Bahia, e precedeu o Congresso Norte-Nordeste de Psicologia. A carta abaixo é o produto dessa reunião e deve cumprir o objetivo de colaborar para a qualificação cada vez maior da formação de psicólogos e professores de Psicologia para a Educação Básica.

VIII Encontro Nacional da Abep
Venha participar do VIII Encontro Nacional da Abep
| Para mais informações:

www.abepsi.org.br/encontro2011

Confira os principais trechos da carta:



CARTA DE SALVADOR

Novas Diretrizes Curriculares da Psicologia
(Resolução do Conselho Nacional de Educação, no 5, de 15 de março de 2011)

[...]
Desde a promulgação das Diretrizes Curriculares da Psicologia (DCN), em 2004, ficou em aberto a necessidade de formular como seria a formação de professores de Psicologia para a educação básica. O artigo 13 das DCN de 2004 já indicava que "A formação do professor de Psicologia dar-se-á em um projeto pedagógico complementar e diferenciado, elaborado em conformidade com a legislação que regulamenta a formação de professores no país".

[...]
O Fórum de Coordenadores de Curso e de gestores de núcleos Abep, reunido em Salvador durante o 7º Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, discutiu a legislação recém-proposta e as alternativas para sua consecução. Ficou evidente o quanto a Psicologia tem-se afastado de uma área histórica e nevrálgica para o país, na qual temos formação específica para contribuir. A necessidade de revermos os currículos para incluir, se ainda não o temos, o debate e a atuação cotidiana em educação é mais do que oportuna.

Conforme informação do Conselho Nacional de Educação (CNE), a mudança curricular deve ser feita em até dois anos a partir da promulgação da lei. Isto significa que os alunos que ingressarem nos cursos de Psicologia a partir do segundo semestre de 2013 já devem ter a formação de professores para a educação básica em seu currículo.

Os seguintes pontos foram indicados para a tarefa de rever os projetos curriculares de formação de psicólogos para que incluam a formação de professores de Psicologia para a educação básica:

- O projeto de licenciatura é complementar ao de bacharel em Psicologia. Sendo assim, o mais adequado é a licenciatura complementar-se com o último semestre do curso.
- É obrigatório para o curso de Psicologia oferecer a licenciatura aos seus alunos, mas é optativo para o aluno realizá-la.
- O total de horas do projeto deve ser de, no mínimo, 800 (oitocentas) horas, sendo 500 (quinhentas) horas de conteúdos específicos da área da educação (e apresentados nas DCNs nos §§ 2o e 3o do artigo 13) e 300 (trezentas) horas de estágio curricular supervisionado. Uma parte das 500 horas de conteúdo específico, a depender do projeto curricular do curso, já pode estar sendo cumprida e comporia o projeto de licenciatura, também.
- Para a proposta dos conteúdos curriculares para a formação do licenciado, cada curso pode/deve analisar o seu próprio currículo e avaliar o quanto mais falta ser incluído. O produto final deve resultar em um projeto novo e orgânico de licenciatura, em que se demonstre a real possibilidade de desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais para um professor de ensino médio.

e. A realização de estágio curricular poderia ser feita, em nível médio, em qualquer disciplina da área de humanas. A importância de trabalhar em equipe já estava evidenciada nas DCNs de 2004 e, aqui, pode se concretizar.

f. A certificação da licenciatura em Psicologia deve ser apostilada no diploma de bacharel em Psicologia com formação de psicólogo, para os alunos que cumprirem satisfatoriamente todas as exigências do projeto complementar.

Sabemos que são muitos os desafios, mas reconhecemos que, na formação em Psicologia, a educação deve ter um lugar consistente. Convidamos todos a elaborar projetos de licenciatura em sintonia com as demandas da sociedade, inovadores em sua forma e conteúdos, que atendam aos objetivos de utilizar os saberes da Psicologia para a formação, crítica e comprometida com a população, da juventude brasileira.

Diretoria Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia

Gestores dos núcleos Abep

Fórum de Coordenadores de Cursos de Psicologia

Seminário

Auditório lotado para discutir Psicologia e políticas públicas

Cerca de mil pessoas acompanharam os debates do VI Seminário Nacional “Psicologia e Políticas Públicas”, que teve como tema democracia e promoção de direitos. O objetivo do evento foi sistematizar contribuições ao trabalho do psicólogo, gerando inquietações

para que possam ser construídas novas formas de pensar a profissão. Atualmente, as políticas públicas são campo importante para a atuação de psicólogas e psicólogos no Brasil, e a categoria vem contribuindo com a construção, o controle público e o desenvolvimento da ação do Estado para garantir direitos e serviços à população.

Na conferência de abertura, uma análise da conjuntura das políticas públicas e sociais na América Latina, o secretário adjunto da Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Cláudio Roquette, apresentou diagnóstico das políticas sociais no Brasil. Ele pontuou que o país tem um aparelho de Estado e uma legislação fortes para fazer políticas sociais, mas tem dificuldade de avançar em campos como, por exemplo, a reforma tributária, que seria um avanço com impacto importante na área social. “A política tributária incide proporcionalmente muito mais sobre os pobres do que sobre os ricos. A reforma tributária teria impacto gigantesco na questão da pobreza no Brasil, porque faria com que a renda disponível dos pobres fosse maior”, indicou Roquette.

Em debate sobre democracia e participação social, foi ressaltada a necessidade de pensar um projeto de nação que contemple a participação social, para garantir a efetividade da democracia. Mesmo a sociedade civil ainda precisa avançar em termos de envolvimento e de representatividade para que o país tenha um desenvolvimento democrático.



O psicólogo Marcus Vinícius de Oliveira, professor da Universidade Federal da Bahia, propôs reflexão acerca dos componentes subjetivos que sustentam os processos de reprodução da desigualdade social. Para além das regras formais e da estrutura do Estado, tais componentes definem relações sociais, acesso a direitos e a recursos econômicos. “O pressuposto da democracia é que possamos operar no registro da igualdade não apenas na hora de escolher nossos dirigentes, mas que também sejamos reconhecidos como iguais em todas as dinâmicas da vida social”, ressaltou. Ele introduziu no debate o que chama de democracia relacional: trata-se de observar “como nós, brasileiros, lidamos com nossas relações sociais, que atravessam um conjunto de instituições, mantendo para alguns a condição de privilegiados e para outros a condição de sujeitos de menor valor”.

Ao tratar do tema, fez um alerta às psicólogas e aos psicólogos: é essencial atentar para as dimensões subjetivas que nos constituem como nação e que naturalizam a condição de cidadãos privilegiados e desprivilegiados. “Podemos intervir nessa situação, isso não é matéria inerte e não está dado para todo o sempre. Existem caminhos que podem ser trilhados para que possamos transformar corações e mentes acerca do valor da igualdade, estabelecendo relações humanas menos hierárquicas”, indicou.

Futuro da profissão

O desenho de uma agenda estratégica futura para a profissão foi proposta do psicólogo e di-



Pelo fim da violência **Contra a pessoa idosa**

Todos os anos, desde 2006, no dia 15 de junho a atenção do mundo é voltada para os idosos, em especial para a violência que sofrem. Na data, por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa, é celebrado o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, que tem o objetivo de mobilizar a sociedade quanto ao tema e quanto à necessidade urgente de se evitar tal desrespeito.

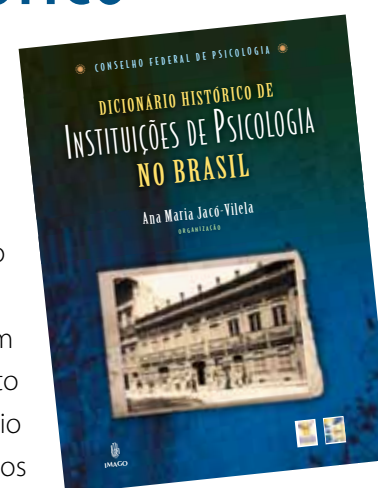
A Psicologia atualmente trabalha integrando o tema do idoso a outras discussões, como as de saúde e de políticas públicas. Além disso, reconhece a importância de a sociedade adquirir consciência acerca do tema. Mariana Cunha, conselheira do CFP, sustenta que “a Psicologia tem a proposta de inserir a questão do idoso em todas as discussões que vem mantendo. A prioridade é promover a transversalidade com outros temas”.

Telefone para denúncias contra maus-tratos aos idosos: **Disque 100, ramal 2** (Serviço da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República)

CFP lança **Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil**

Reunindo verbetes sobre 264 instituições da Psicologia no Brasil, o Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil resgata estabelecimentos, associações, organizações públicas, privadas e não governamentais, além de publicações, congressos e textos legais do período que se estende do início do século o século 19 até 1980.

A obra pretende ser referência para a memória da profissão em nosso país, contribuindo para resgatar e ampliar o conhecimento sobre a trajetória da Psicologia no Brasil. A preparação do Dicionário mobilizou uma equipe com mais de 200 autores em vários estados brasileiros. A publicação é fruto de parceria entre o Grupo de Trabalho de História da Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp), do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e teve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).



CFP colabora com Ministério da Educação **na avaliação de cursos de Psicologia**

O presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Humberto Verona, assinou, no dia 14 de abril, no Ministério da Educação (MEC), em Brasília, um termo de colaboração para avaliar os cursos de Psicologia no Brasil e contribuir com a regulação e a supervisão do ensino superior.

O termo define que a Secretaria de Educação Superior do MEC disponibilizará ao CFP o acesso aos projetos pedagógicos dos cursos em processo de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, entre outras atividades. Para Humberto Verona, a ação é pertinente e tem grande relevância. “O termo de colaboração é uma conquista para o CFP, por ser a primeira participação em acordos dessa magnitude. É um prazer para nós, em parceria com Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), contribuir para um trabalho como esse, de grande valor”, avaliou.

retor do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo, César Ades. Debates sobre o tema foram iniciados durante o III Congresso Brasileiro “Psicologia: Ciência e Profissão”, em setembro de 2010, em São Paulo. Durante o Seminário de Políticas Públicas, as discussões reforçaram que a agenda estratégica para o futuro precisa dar conta de unir a diversidade da Psicologia e aprofundar o pensamento sobre a inserção da categoria na sociedade brasileira.

Para a presidente do Instituto Silvia Lane – Psicologia e Compromisso Social, Ana Bock, há muitas justificativas para a existência de uma agenda estratégica para a categoria. Para ela, a Psicologia reinventou-se como profissão e ampliou seu lugar na sociedade, mas ainda não conseguiu reconhecimento social correspondente. A Psicologia tem uma tradição de intervenções coladas aos interesses das elites brasileiras que convive com um novo projeto de atuação, voltado às necessidades e interesses da maioria da sociedade brasileira. E esse novo projeto, segundo Bock, ainda precisa se desenvolver, conhecer as necessidades da maioria da população e saber de que forma responder a elas. “É preciso que haja uma construção coletiva que possa contemplar um conjunto diverso de pensamentos e interesses”, pontuou. Para a professora da PUC-SP, Graça Marchina Gonçalves, a Psicologia ficou muitas vezes em lugar secundário no campo das políticas públicas. Há avanços – como a inserção da profissão nas políticas de assistência social e de defesa civil, por exemplo –, mas ainda há muito a fazer. “Se queremos garantir a promoção dos direitos e a consolidação de espaços democráticos, precisamos entrar como protagonistas, participando de espaços de formulação das políticas, de execução, de implementação. A Psicologia pode oferecer subsídios e o seu conhecimento para uma compreensão mais ampla dos campos e para outro tipo de inserção, que leva a questão da subjetividade para enfrentar os graves problemas de desigualdade social”, indica a professora.

Peça italiana discute com sensibilidade a saída do manicômio

Com delicadeza e muito bom humor, os atores da trupe italiana Accademia della Follia percorreram sete cidades do Brasil desde março com um espetáculo sobre a vida no manicômio, a saída da internação e os desafios da volta para casa. Os atores são portadores de sofrimento mental, e a vivência do tema deixa a peça realista e livre de preconceitos. O espetáculo Extravagância encara a vida dos manicômios, a dificuldade de voltar para as famílias, as saídas

construídas pelos loucos para viver em conjunto.

Encenada em ótimo português, a peça da companhia italiana veio ao Brasil com apoio do Conselho Federal de Psicologia, dos Conselhos Regionais, de parceiros em cada local de apresentação, da Unesco e da Medalha Nacional Italiana de Mérito no campo das artes, da cultura e do espetáculo, oferecida pela Presidência da República Italiana.

Eles realizaram também oficinas com usuários dos serviços de saúde mental no Brasil. Em Belo Horizonte, a oficina chamada MUDAsilenciosamente contou com a participação de usuários dos serviços de saúde mental, de atores convidados e resultou no espetáculo Mad Music, encenado no Galpão Cine Horto em 6 de julho.

Enredo

Cinco pessoas internadas em um manicômio, três homens e duas mulheres, compartilham o tempo, contam suas histórias, se amam, brigam, se agredem, riem de si mesmos e também dos outros. Um dia eles ficam sabendo que foi votada a Lei Basaglia: “a partir de amanhã, todos para casa!” O manicômio é fechado. Mas para onde ir? Para uma esposa que foi viver com outro homem; para

a casa de uma mãe que está morrendo e de irmãos oportunistas; para a casa de um pai que não deseja a filha cleptomaniaca; para a companhia de uma mulher que encontrou forma de ganhar dinheiro por conta própria, já que o marido não era capaz de sustentá-la. Encontram ambientes frios, não recebem a menor atenção. Decidem, então, viver juntos – do jeito deles, sem chaves nem ferrolhos, em uma comunidade aberta, com novas regras estabelecidas por eles mesmos.

A companhia foi fundada por Claudio Misculin: artista, ator e diretor teatral, trinta anos atrás, no antigo hospital psiquiátrico de Trieste, na Itália, durante o período em que o psiquiatra Franco Basaglia abriu as portas do manicômio. Claudio explica que “não existe método em arte, existe a experiência. Eu fiz uma experiência à qual podemos nos reconduzir”. Ele cita Tadeusz Kantor: “A arte é uma abertura permanente que não se pode viver sem a aceitação e a busca lúcida e deliberada do risco”.



Na turnê brasileira, a companhia esteve em Brasília (DF), Aracaju (SE), São Bernardo do Campo e São Paulo (SP), São Leopoldo (RS), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte e Outro Preto (MG)



Processos éticos

Processos éticos julgados pela plenária do Conselho Federal de Psicologia no período de 06/05/2011 a 01/07/2011.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 2809/10– ORIGEM: CRP-06
CENSURA PÚBLICA.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que decidiu pela aplicação da pena de Censura Pública. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Censura Pública.

DECISÃO CFP: Censura Pública.

DATA DO JULGAMENTO: 06/05/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: HELOIZA HELENA MENDONÇA ALMEIDA MASSANARO

REVISOR: ALUÍZIO LOPES DE BRITO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 2993/10– ORIGEM: CRP-05
ARQUIVAMENTO.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o arquivamento. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento.

DECISÃO CFP: Arquivamento.

DATA DO JULGAMENTO: 06/05/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: ANA LUIZA DE SOUZA CASTRO

PROCESSO ÉTICO PROFISSIONAL
CFP N.º 3106/10– ORIGEM: CRP-08

PROVIMENTO AO RECURSO. REFORMANDO A DECISÃO DO CONSELHO REGIONAL. INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ÉTICO.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que arquivou a representação.

DECISÃO CRP: Arquivamento.

DECISÃO CFP: Instauração do Processo Ético.

DATA DO JULGAMENTO: 06/05/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: ANA LUIZA DE SOUZA CASTRO

PROCESSO ÉTICO PROFISSIONAL
CFP N.º 3205/10– ORIGEM: CRP-06
Cassação do Exercício Profissional.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso de ofício. Cassação do Exercício Profissional.

DECISÃO CRP: Cassação.

DECISÃO CFP: Cassação.

DATA DO JULGAMENTO: 06/05/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: ROSELI GOFFMAN

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 3487/10– ORIGEM: CRP-12
Censura Pública.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a pena de Censura Pública. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Censura Pública.

DECISÃO CFP: Censura Pública.

DATA DO JULGAMENTO: 06/05/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: MARILENE PROENÇA REBELLO DE SOUZA

PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL
CFP N.º 2414/10– ORIGEM: CRP-01

PROVIMENTO AO RECURSO. REFORMANDO A DECISÃO DO CONSELHO REGIONAL. DECRETAÇÃO DA NULIDADE DO PROCESSO DO CRP-01.

EMENTA – Processo Administrativo. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou pena de Cassação do Exercício Profissional.

DECISÃO CRP: Cassação do Exercício Profissional.

DECISÃO CFP: Provimento ao recurso interposto, decretando a nulidade do processo em momento posterior ao da citação, para que seja reaberto o prazo de defesa.

DATA DO JULGAMENTO: 01/07/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: HENRIQUE JOSÉ LEAL FERREIRA RODRIGUES.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 2822/10– ORIGEM: CRP-16

ADVERTÊNCIA.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que decidiu pela aplicação da pena de Advertência. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Advertência.

DECISÃO CFP: Advertência.

DATA DO JULGAMENTO: 01/07/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATOR: Celso Francisco Tondin

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
CFP N.º 3488/10– ORIGEM: CRP-12
ADVERTÊNCIA.

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que decidiu pela aplicação da pena de Advertência. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Advertência.

DECISÃO CFP: Advertência.

DATA DO JULGAMENTO: 01/07/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: ADRIANA EIKO MATSUMOTO

PROCESSO ÉTICO - PROFISSIONAL
CFP N.º 3489/10– ORIGEM: CRP-12

PROVIMENTO AO RECURSO. REFORMANDO A DECISÃO DO CONSELHO REGIONAL. DECRETAÇÃO DA NULIDADE DO PROCESSO A PARTIR DA DEFESA APRESENTADA PELA PSICÓLOGA PROCESSADA.

EMENTA – Processo Administrativo. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou pena de Censura pública.

DECISÃO CRP: Censura Pública.

DECISÃO CFP: Decretação da nulidade do processo a partir da defesa apresentada pela psicóloga processada.

DATA DO JULGAMENTO: 01/07/2011

PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA

RELATORA: FLAVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS

Conforme o artigo 79 da Resolução CFP nº006/07, a execução da pena compete ao Conselho Regional de Psicologia.

Acompanhe o CFP nas redes sociais!



YOUTUBE

[Http://www.youtube.com/user/confederalpsicologia](http://www.youtube.com/user/confederalpsicologia)



FACEBOOK

CFP - Conselho Federal de Psicologia



TWITTER

[Http://twitter.com/cfp_psicologia](http://twitter.com/cfp_psicologia)
ou @ cfp_psicologia

Agenda

Curso Formação em Psicanálise - Núcleo Brasileiro de Pesquisas Psicanalíticas

01.08.2011 a 29.09.2014

São Paulo - SP

(11) 50824044/50831456

E-mail: atendimento@nucleodepesquisas.com.br

Link: <http://www.nucleodepesquisas.com.br>

Psicoterapia, orientação e mediação familiar - Curso de Especialização

05.08.2011 a 30.06.2013

São Paulo - SP

(11) 2114-8175 ou (11) 2114-8451

E-mail: tania.aldrighi@mackenzie.br

Link: <http://www.mackenzie.br/psicoterapia.html>

Congresso da Sociedade Internacional de Pesquisa em Esquizofrenia - SIRS South America Meeting

05.08.2011

São Paulo - SP

(11) 2046-0314 ou 2280-2476

E-mail: bleventos@uol.com.br

Link: www.sirssouthamerica.org

IV Concurso de Provas e Títulos de Especialista em Psicologia Hospitalar

14.08.2011

Curitiba - PR

Link: <http://www2.pol.org.br/concursos/psicohospitalar2011/>

Seminário Teórico: Amar e Trabalhar - Docente: Pedro Luíz Ribeiro de Santi

18.08.2011 a 01.09.2011

São Paulo - SP

(11) 3864-2330 ou (11) 3865-0017

E-mail: cep@centropsicanalise.com.br

Link: <http://www.centropsicanalise.com.br/>

IX Encontro Catarinense de Saúde Mental

28.08.2011 a 30.08.2011

Florianópolis - SC

(48) 99362304

E-mail: geo.psicologia@yahoo.com.br

Link: <http://www.ccs.ufsc.br/saudemental/>

II Reunião Anual do Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento

13.10.2011 a 15.10.2011

Recife - PE

(21) 3527-2075

E-mail: ibnec@ibnec.org

Link: www.ibnec.org

II Colóquio Internacional de Epistemologia e Psicologia Genéticas

07.11.2011 a 10.11.2011

Marília - SP

(14) 3311-9500

E-mail: eventos@fundepe.com

Link: <http://www.fundepe.com/coloquiopiaget2011/>

Especialização em Análise Bioenergética - LIGARE

26.11.2011 a 12.11.2014

Americana - SP

(19) 3465-3163; (19) 3465-3515

E-mail: ligare@ligare.psc.br

Link: www.ligare.psc.br

Psicólogo/a:
para receber
os boletins do CFP,
cadastre seu email em
www.pol.org.br

IMPRESSO

Conselho Federal de Psicologia

Fone: (61) 2109-0100

Fax: (61) 2109-0150

SAF/Sul Quadra 02, Lote 02, Bloco B, Ed. Via Office, Sala 104

CEP 70.070-600 - Brasília - DF

e-mail: contato@pol.org.br

home page: www.pol.org.br

